

Senadores 'eleitos' na garupa

Villas-Bôas Corrêa,
repórter político do JB

D S T Q Q S S

OS SENADORES BIÔNICOS foram criados pelo presidente Ernesto Geisel, no espasmo autoritário do pacote de abril de 1977, que começou fechando o Congresso em 1º de abril, no dia da mentira, e duas semanas depois mudou as regras eleitorais para manter as eleições indiretas para governadores, aumentou para seis anos o mandato presidencial e transformou em passe de mágica um senador por Estado no monstro eleito pelas assembleias legislativas.

Pretexto então invocado é de um cinismo exemplar: o governo do general-presidente pretendia elevar o nível da Câmara Alta escolhendo um dos três senadores por entre os grandes vultos da cultura nacional, mas ruins de voto.

Mas foi no apagar das luzes do

mandato do general-presidente Ernesto Geisel que a Lei nº 6.534, de 26 de maio de 1978, gerou a sua obra-prima do casuísmo: o senador sem voto, sem único votinho, que chega ao Senado na garupa do titular legitimamente eleito e apeia para sentar na cadeira vaga no plenário pelas mais variadas justificativas: do falecimento do eleito às licenças para exercer cargos em todos os níveis do Executivo, até em autarquias de atrativos suspeitos.

Na escala da desmoralização do Legislativo – com a série de escândalos que batem recordes nacionais na atual legislatura dos 40 denunciados pelo procurador-geral da República por formação de quadrilha e desvio do dinheiro público e o repique no velho, austero e respeitável Senado de outros tempos e modas, com a absolvição do seu presidente, o galante senador Renan Calheiros e suas trapalhadas amorosas e em transações suspeitas – os senadores que

apaream da garupa dos titulares tiveram atuação destacada.

É uma turma que dribla a urna pelas mais diversas malandragens. Alguns são parentes premiados pela prodigalidade doméstica, outros os amigos endinheirados e que abrem a carteira para o financiamento de campanhas e, afinal, certos tipos que desafiam explicações.

Os suplentes formam uma turma que dribla as urnas pelas mais diversas malandragens

Ao sabor das ondas da ressaca política, o número de suplentes sem voto incha ou encolhe. No governo de superlativos do modesto presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os senadores de garupa batem

o recorde: são 14 os que votaram na moita do voto secreto na histórica absolvição do presidente Renan Calheiros.

Francamente, é demais. Na desenxabida reação oposicionista, ainda zozza com a derrota inesperada, o murmúrio de correções viáveis que não merecem ser chamada de reformas remexe o baú de propostas de emendas constitucionais esquecidas nas gavetas da burocracia parlamentar. Desde a insensata e provocadora extinção do Senado, saudada no espereiteiro do 3º Congresso Nacional do PT pelo presidente do partido, deputado Ricardo Berzoini, à redução do número de senadores e deputados (de exemplar conveniência, mas absolutamente inviável) e o desmonte dos senadores sem voto para o retorno ao modelo clássico da escala de suplente pelos mais votados na chapa do partido ou da coligação.

Com a volta do presidente Lula

do seu giro pelos países nórdicos para uma curta temporada em Brasília até a próxima viagem aos Estados Unidos da agenda dos seus compromissos pelos quatro cantos do mundo, o senador Renan Calheiros junta algumas sólidas razões para confiar mais um êxito no seu julgamento pelo Conselho de Ética. Da sua coleção de aborrecimentos, este é o menos preocupante, pois até a oposição anunciou que guardará a munição para as etapas seguintes.

Afinal, a denúncia que o presidente do Senado teria procurado beneficiar a Schincariol em acertos com a Receita e o INSS após a compra de uma empresa do seu irmão, deputado Olavo Calheiros, da ilustre bancada do PMDB de Alagoas, não se ampara em documentação convincente.

E, afinal, o Senado anda precisando de uma tregua para respirar fundo e votar, que a pauta inchou no sufoco das negociatas.